

NA CAPITAL ITALIANA

RETOMADA DISCUSSÃO DE QUESTÕES MILITARES

As delegações do Governo e da Renamo às conversações de paz para Moçambique em Roma retomaram segunda-feira a abordagem das questões militares para finalizar a determinação das modalidades para a formação do Exército unificado, número dos seus efectivos e os mecanismos do funcionamento do seu comando conjunto.

Depois da interrupção verificada na semana passada, motivada pela cimeira entre o Presidente moçambicano Joaquim Chissano e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, as duas delegações retomaram o «dossier» militar ontem de manhã, com encontros separados com os mediadores.

Uma significativa lista de matérias específicas, inclusas neste terceiro ponto da agenda, continua a carecer de acordos definitivos, sabendo-se contudo que as partes atingiram já entendimentos «de princípios» em torno das questões centrais.

Segundo informações da mediação italiana, as partes atingiram já posições «mais convergentes do que divergentes», em torno de questões como o número dos efectivos do futuro Exército único, as modalidades de desmobilização dos respectivos excedentes militares e sua posterior reintegração social e económica, a extensão da participação das Nações Unidas e de países convidados para a formação do futuro Exército e a supervisão do cessar-fogo e da plena aplicação dos protocolos de Roma durante o período de transição até às eleições gerais multipartidárias.

A julgar pelas mesmas informações,

a mediação terá ainda que trabalhar com suficiente habilidade, para levar o Governo e a Renamo a um acordo final sobre o número dos efectivos das futuras forças armadas unificadas.

Sabe-se, a esse respeito, que na sua última proposta de síntese, os mediadores propuseram às partes um Exército de 24 mil homens, contra os 15 mil defendidos pela Renamo, e os 50 mil inicialmente propostos pelo Governo.

Segundo o próprio líder do movimento armado, Afonso Dhlakama, a Renamo teria aceite o número proposto pela mediação, tendo o Governo, por seu lado, proposto ultimamente um exército de 34 mil homens.

Contudo, e segundo o Presidente Joaquim Chissano, ao aceitar a última proposta da mediação, a Renamo tê-lo-ia feito mediante condições que seriam inaceitáveis para o Governo.

A Renamo estaria a pretender participar com mais de metade das forças terrestres, como compensação ao facto de não poder partilhar com o Governo os efectivos da Marinha, cujo total seria de 800 homens.

Segundo o raciocínio do Governo, a Renamo, ao propor inicialmente um

Exército reduzido de quinze mil homens, teria como estratégia, integrar nas forças terrestres a quase totalidade dos seus homens, «oferecendo» em troca, ao Governo, um ramo pouco determinante das Forças Armadas moçambicanas, como é a Marinha.

Outra questão aparentemente ainda objecto de divergências, é aquela

relativa ao futuro do Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE), que a Renamo pretende ver simplesmente desmantelado.

As partes e a mediação estão, contudo, pressionadas pelo tempo: conforme a declaração conjunta do passado dia 7, todas as matérias pendentes, e aquelas relacionadas com as garantias pedidas pela Renamo, deverão ser concluídas antes do final do próximo mês de Setembro visto que até ao dia primeiro de Outubro deve ser assinado o acordo geral de paz.

Acordo perspe

— consideram
Governo e a

Os observadores às conversações de paz entre o Presidente moçambicano Afonso Dhlakama, a Renamo e o Governo, assinaram a Declaração Política conjunta do passado dia 7, todas as matérias pendentes, e aquelas relacionadas com as garantias pedidas pela Renamo, deverão ser concluídas antes do final do próximo mês de Setembro visto que até ao dia primeiro de Outubro deve ser assinado o acordo geral de paz.

Os comunicados e as declarações espelham a posição dos Governos dos quatro países observadores. A ideia

